

AMBIENTALISMO

uma visão de mercado

Coordenação de Pedro Almeida Jorge
Prefácio de Carlos Guimarães Pinto

Versão em inglês editada por Kai Weiss
e Christopher Barnard



Copyright ©2020 Christopher Barnard e Kai Weiss, Foundation for Economic Education, Institute of Economic Affairs, Instituto Mais Liberdade e Alêtheia Editores

- Todos os direitos reservados para publicação em Portugal por Instituto Mais Liberdade e Alêtheia Editores • Zona Industrial da Ponte Seca, 2510-752 Gaeiras – Óbidos • Tel.: (+351) 21 093 97 48/49 • E-mail: aletheia@aletheia.pt • www.aletheia.pt • Capa e paginação: Marta Nunes • ISBN: 978-989-9077-35-5 • Depósito Legal:
- Janeiro 2021

*Em memória de Elinor Ostrom (1933-2012)
e Steven Horwitz (1964-2021),
Pelos seus contributos para uma visão ambientalista
teoricamente sólida, realista e assente na Liberdade.*

Nota editorial

A presente obra baseia-se fundamentalmente na tradução do livro *Green Market Revolution: How Market Environmentalism Can Protect Nature and Save the World*, coordenado por Christopher Barnard e Kai Weiss, e publicado em 2020 pelo Austrian Economics Center e pela British Conservation Alliance.¹

Para a presente tradução, foram escolhidos os capítulos que considerámos mais relevantes para o público português, tendo sido feitas ligeiras adaptações também com isso em mente. Por outro lado, para complementar a presente edição portuguesa, foram adicionalmente incluídos os 3 seguintes textos:

“Why Environmentalists Need to Understand Economics”, de Steven Horwitz, originalmente publicado em 2017 pela Foundation for Economic Education (FEE) e incluído na compilação *FEE’s Essential Guide to Protecting the Environment* (2018).²

“Livre mercado e meio ambiente: Uma resposta local para um problema complexo”, de João Pinheiro da Silva,

aqui numa nova versão revista, após vencer o concurso de ensaios “Economia de Mercado e Ambiente”, promovido pelo Instituto Mais Liberdade na primavera de 2021³, e ser originalmente publicado no jornal ECO.⁴

“The Future of the Commons: Beyond Market Failure and Government Regulation”, palestra de Elinor Ostrom em memória de F.A. Hayek, no âmbito de uma cerimónia realizada pelo Institute of Economic Affairs (IEA) em 29 de Março de 2012. Foi incluída na obra *The Future of the Commons: Beyond Market Failure and Government Regulation*, publicada pelo referido instituto no mesmo ano, com contribuições de Christina Chang, Mark Pennington e Vlad Tarko.⁵

Agradecemos às entidades acima referidas a gentil permissão para traduzir e republicar os respetivos artigos.

Agradecemos também aos seguintes voluntários pelo seu esforço de tradução: Afonso Urbano, Alexandra Mendes, Ana Cunha Coutinho, Diogo Barreira, Francisco Silva, Gabriel Candal, Hélder Álvares, João Ferreira, Jorge, Miguel e Diogo Santiago, Manuel Bual, Manuel Martins, Miguel Amorim, Natacha Santos, Pedro Carrilho, Rita Vilas-Boas, Sofia Batista e Sofia Florentino. A coordenação e revisão geral das traduções esteve a cargo de Pedro Almeida Jorge.

Notas

1. A publicação original está disponível gratuitamente em: <https://www.greenmarketrevolution.eco/>
2. A compilação encontra-se disponível gratuitamente em: <https://fee.org/resources/fee-s-essential-guide-to-protecting-the-environment/>
3. O prospeto do concurso de ensaios pode ser consultado em: <https://maisliberdade.pt/noticias/concurso-de-ensaios-economia-de-mercado-e-ambiente/>
4. O ensaio original encontra-se disponível em: <https://eco.sapo.pt/especiais/livre-mercado-e-meio-ambiente-uma-resposta-local-para-um-problema-complexo/>
5. A obra mencionada pode ser consultada gratuitamente em: <https://iea.org.uk/publications/research/the-future-of-the-commons-beyond-market-failure-and-government-regulation>. Está também disponível a gravação vídeo da palestra: <https://www.youtube.com/watch?v=xta1vPkSjk4>

APÊNDICE

O Futuro dos Bens Comuns: Para lá das Falhas de Mercado e da Regulamentação Governamental³¹⁷

Elinor Ostrom

Introdução

Os estudos mais antigos sobre bens comuns focaram-se em recursos comuns de pequena a média dimensão, tais como sistemas de irrigação, pesqueiros e florestas, a respeito dos quais nós e muitos outros levámos a cabo investigações aprofundadas. No entanto, muitos dos estudos sobre determinados recursos comuns foram realizados por pessoas que trabalhavam numa única disciplina, sem comparação com outros estudos e sem qualquer fundamentação teórica.

Porém, à medida que fomos analisando esses estudos no âmbito da nossa própria pesquisa, e à medida

que levámos a cabo trabalho empírico, conseguimos perceber de forma razoável como é que diversos recursos comuns de pequena e média dimensão são geridos por instituições de propriedade partilhada. Ora, especialmente após 2009, verificou-se um interesse considerável na nossa investigação sobre sistemas ambientais de pequena, média e grande dimensão, bem como globais. E os investigadores, os cidadãos e as autoridades estão hoje à procura de algum tipo de enquadramento geral que junte as pessoas e as sociedades de forma a explicar como poderão estas ser capazes de gerir recursos comuns.

Quando juntamos pessoas e ecologia, podemos pensar nos resultados como um “sistema socio-ecológico” (SSE). As equipas académicas tendem a não partilhar recursos de diferentes disciplinas entre si, pelo que temos de aprender a terminologia de outras áreas para estudar estas matérias. Por exemplo, estou agora a trabalhar com um grupo de ecologistas no estudo de recursos florestais e tive de aprender o que significava DAP (significa diâmetro à altura do peito) e como medir o tamanho de uma árvore. Tive também de aprender uma variedade de outros conhecimentos técnicos, porque estamos a medir a condição das florestas de uma forma cientificamente muito cuidada, para além de estarmos a estudar os sistemas sociais associados e como estes estão organizados.

Sem percebermos tanto os sistemas sociais como os aspetos técnicos da gestão de um recurso, não conseguiremos que o nosso trabalho nos permita compreender as condições que ajudam a promover uma gestão

sustentável. É preciso encontrarmos um enquadramento linguístico comum que nos permita ajudar a desenvolver sistemas sustentáveis e a alcançar a sustentabilidade de diferentes bens comuns.

Desafios no caminho para a sustentabilidade

Quais são, então, alguns dos desafios que enfrentamos no caminho para a sustentabilidade? O primeiro, sobre o qual falarei dentro de momentos, é ultrapassar o que chamo de “armadilha da panaceia”. O segundo é desenvolver um enquadramento multidisciplinar e multinível para a análise de sistemas socio-ecológicos sustentáveis que pessoas de diversas áreas do conhecimento possam utilizar. Temos de construir melhores teorias para a explicação e previsão dos comportamentos. Temos não só de descobrir maneiras de recolher dados ao longo do tempo, mas também de perceber quais as variáveis que devem ser estudadas de uma forma consistente, para que tal recolha de dados resulte em bons estudos. E temos, para além disso, de compreender os diversos princípios de organização e o porquê de eles funcionarem.

Esta é uma agenda muito vasta. Na presente exposição, conseguirei apenas oferecer uma perspetiva geral sobre os desafios em causa, que nos apontam para a importância da diversidade institucional.

O primeiro desafio, como mencionei, é o problema da panaceia. Há um grande número de decisores políticos e de artigos sobre políticas públicas que fala

sobre “a melhor” forma de alcançar determinado resultado. Em diversos contextos, se se verificava que o mercado não representava essa “melhor” forma, as pessoas tinham tendência para concluir que então a “melhor” forma seria a ação governamental. Temos de evitar pensar em termos tão amplos, que não nos oferecem os detalhes específicos de que necessitamos para realmente podermos saber do que estamos a falar.

É preciso reconhecermos que os sistemas de governação que *efetivamente funcionaram na prática* refletem a diversidade de condições ecológicas existentes num pesqueiro, num sistema de irrigação ou numa pastagem, bem como os sistemas sociais em que eles se inserem. Existe uma enorme diversidade por esse mundo fora, e a gama de sistemas de governação que melhor funciona reflete essa mesma diversidade. O que descobrimos foi que tanto os mecanismos governamentais, como os privados e os baseados na comunidade funcionam em determinadas condições. As pessoas querem levar-me a afirmar que os sistemas de governação comunitária são sempre os melhores: não cairei nessa armadilha.

Existem certamente situações muito relevantes em que as pessoas se podem auto-organizar com vista à gestão de recursos ambientais, mas não podemos simplesmente afirmar que a comunidade é, ou que não é, a melhor forma de organização; ou que o Governo é, ou que não é, a melhor forma; ou que o mercado é, ou que não é, a melhor forma. Tudo depende da natureza do problema que estamos a tentar resolver.

O segundo desafio em que também temos de trabalhar é o desenvolvimento de um enquadramento [*framework*] multidisciplinar e multinível para a análise de sistemas socio-ecológicos. E o que aqui fizemos foi identificar e analisar quatro variáveis muito abrangentes que se encontram naquilo a que chamamos de “nível focal”. Em conjunto, esses níveis focais constituem uma “situação de ação” em que indivíduos e grupos interagem e produzem resultados. Quando falamos de relações de mercado entre compradores e vendedores, estamos perante uma situação de ação. E esse nível focal é afetado por, e também afeta, ecossistemas de maior ou menor extensão, bem como sistemas políticos e económicos de maior ou menor extensão.

Vejam os então o primeiro nível deste enquadramento. Em termos genéricos, podemos pensar num sistema de recursos e num sistema de governação – estes são as suas sub-partes. Um sistema de recursos estabelece condições para uma situação de ação, mas podemos pensar em unidades desses recursos como partes do sistema. Assim, quando falamos de uma floresta, parte das unidades desse recurso são as árvores. Se falamos de um pesqueiro, as unidades desse recurso são os peixes. Apesar de variarem drasticamente nas suas características, ambos representam a unidade que está a ser colhida.

Podemos também pensar numa grande diversidade de agentes que participam, de uma maneira ou outra, nas situações de ação que afetam a sustentabilidade desse sistema a longo prazo. Eles agem enquadrados

no sistema de governação, que estabelece as regras.

Este é um modelo muito amplo e que está neste momento a ser utilizado por um grande número de pessoas em estudos atualmente a decorrer. Como é que então este enquadramento nos ajuda a construir e testar melhores teorias?

Esse é o terceiro desafio que enfrentamos. E o mais importante é que o enquadramento nos ajude a identificar não só as diferentes variáveis que potencialmente afetam a estrutura de situações de ação, mas também as interações resultantes entre os sistemas de governação, as ações dos utilizadores dos recursos bem como o sistema de recursos, e ainda os resultados em termos da sua gestão sustentável.

Assim, este enquadramento é uma maneira de conseguirmos estudar sistemas similares que partilham algumas mas não todas as variáveis. Ajuda-nos a abordar sistemas consideravelmente diferentes. O enquadramento evita, portanto, o problema da sobregeneralização, que se costuma ver na literatura quando se sugere, por exemplo, que todos os recursos devem ser propriedade privada ou que todos os recursos devem ser propriedade governamental. Se lerem o artigo original de Garrett Hardin sobre a tragédia dos bens comuns, essa foi a sua conclusão.³¹⁸ E em muitos manuais contemporâneos o argumento de Hardin é ainda repetido.

Há também um problema de sobre-especificação. Os investigadores podem cair na armadilha de presumir que os casos que estão a analisar são completamente diferentes dos demais. Recusam-se a aceitar

que há lições que se podem retirar do estudo de múltiplos casos. Na realidade, para diagnosticarmos o porquê de alguns sistemas socio-ecológicos chegarem sequer a auto-organizar-se e a serem robustos, temos de estudar sistemas semelhantes ao longo do tempo. Temos de examinar que variáveis se mantêm, quais diferem e quais são as variáveis importantes, por forma a conseguirmos compreender porque é que alguns sistemas de gestão de recursos naturais são robustos e bem-sucedidos enquanto outros falham.

A importância das variáveis de segundo nível

Assim, parte da nossa tarefa é ir para lá do primeiro nível de variáveis e começar a desenvolver a linguagem mais detalhadamente, examinando um segundo nível de variáveis. Muitos dos segundos níveis têm terceiros e quartos níveis – mas não vou descer a esse nível de detalhe nesta exposição: ainda temos de trabalhar nesses modelos de diagnóstico. Podem ver uma versão deste trabalho no meu artigo de 2009 na *Science*, e eu e o Mike McGinnis estamos neste momento a trabalhar num artigo que se debruça sobre tudo isto.³¹⁹

A figura 2 mostra, debaixo das respetivas variáveis de primeiro nível, as variáveis de segundo nível que são importantes para um sistema socio-ecológico. Devo alertar que, quando as pessoas veem este esquema pela primeira vez, reagem de forma algo preocupada perante a sua complexidade.

Figura 2. Variáveis de segundo nível de um SSE

Contextos Sociais, Económicos e Políticos (C)

C1 - Desenvolvimento económico. C2 - Tendências demográficas. C3 - Estabilidade política.

C4 - Política de recursos do Governo. C5 - Incentivos de mercado. C6 - Organização dos meios de comunicação social/media.

Sistemas de Recursos (SR)

- SR1 – Setor (i.e., água, florestas, pastagens, pesqueiros)
- SR2 – Clareza das fronteiras do sistema
- SR3 – Tamanho do sistema de recursos
- SR4 – Instalações de origem humana
- SR5 – Produtividade do sistema
- SR6 – Propriedades de equilíbrio
- SR7 – Previsibilidade das dinâmicas do sistema
- SR8 – Características do armazenamento
- SR9 – Localização

Unidades do Recurso (UR)

- UR1 – Mobilidade das unidades do recurso
- UR2 – Taxa de crescimento ou renovação
- UR3 – Interação entre as unidades do recurso
- UR4 – Valor económico
- UR5 – Número de unidades
- UR6 – Características distintivas
- UR7 – Distribuição espacial e temporal

Situações de Ação: Interações (I)

- I1 – Colheita
- I2 – Partilha de informação
- I3 – Processos de deliberação
- I4 – Conflitos
- I5 – Atividades de investimento
- I6 – Atividades de lóbi
- I7 – Atividades auto-organizadas
- I8 – Atividades de interação e comunicação (*networking*)
- I9 – Atividades de monitorização
- I10 – Atividades de avaliação

Sistemas de Governação (SG)

- SG1 – Organizações governamentais
- SG2 – Organizações não governamentais
- SG3 – Estrutura de comunicações e interações (*network*)
- SG4 – Sistemas de direitos de propriedade
- SG5 – Regras operacionais
- SG6 – Regras de escolha coletiva
- SG7 – Normas constitucionais
- SG8 – Regras de monitorização e punição

Agentes (A)

- A1 – Número de agentes
- A2 – Atributos socioeconómicos dos agentes
- A3 – Histórico de utilização
- A4 – Localização
- A5 – Liderança/empreendedorismo
- A6 – Normas (confiança-reciprocidade)/capital social
- A7 – Conhecimento de modelos SSE/mentais
- A8 – Importância do recurso (dependência)
- A9 – Tecnologia utilizada

Resultados (R)

- R1 – Medidas de desempenho social (p. ex., eficiência, equidade, responsabilização, sustentabilidade)
- R2 – Medidas de desempenho ecológico (p. ex., sobreexploração, resiliência, biodiversidade, sustentabilidade)
- R3 – Externalidades para outros SSE

Ecosistemas relacionados (ECO)

ECO1 – Padrões climáticos. ECO2 – Padrões de poluição. ECO3 – Fluxos de entrada e saída dos SSE focais.

O esquema parece deveras complexo. Quando começamos a pensar sobre um sistema de recursos, é preciso sabermos qual o setor em causa (por exemplo, florestas, pastagens, pesqueiros); é preciso perceber onde se encontram as fronteiras do recurso (por exemplo, como são definidas as fronteiras se o recurso for móvel?); é preciso saber quão vasto é o recurso, que tipo de instalações de origem humana existem, e assim por diante. De igual modo, se vamos falar de um sistema de governação, precisamos de saber se estamos a falar de organizações governamentais e que tipo de organizações não governamentais poderiam envolver-se no sistema em causa. Também precisamos de pensar sobre os vários tipos de sistemas de direitos de propriedade, as regras de monitorização e sanção, e assim por diante – todas estas coisas são muito importantes. Depois há também problemas muito relevantes relacionados com os atributos das unidades do recurso. Por exemplo, há diferenças entre os peixes que se movimentam independentemente e os peixes que se movimentam em canais, e diferenças entre ambos estes tipos de recurso e, por exemplo, as árvores, que não se movimentam de todo.

E depois existem também os atributos dos tipos de agentes envolvidos. Quantos são? Que tipo de atributos socioeconómicos têm? Qual é o seu histórico de utilização do recurso? Onde se encontram os agentes – encontram-se num local semelhante ao do recurso, ou em lugares longínquos? Que tipo de liderança existe? E assim por diante.

Este enquadramento a respeito da gestão dos bens comuns é um enquadramento bastante abrangente, algo parecido com quando se aprende teoria económica de um modo mais genérico. Não é necessário olhar para todas as variáveis de uma teoria económica em todas as situações a analisar. É preciso aprender a escolher as variáveis importantes para a análise de cada situação em concreto.

Esta abordagem dá-nos na prática uma noção de algumas das variáveis que têm sido identificadas repetidamente como sendo importantes quando se tenta determinar se as pessoas são capazes de gerir um recurso e de o fazer de forma sustentável. As variáveis são úteis para esse fim.

Questões que podem ser abordadas pelo nosso modelo de investigação

Podemos abordar três grandes conjuntos de questões por meio deste modelo de investigação. O primeiro conjunto consiste em examinar os padrões de interações e resultados que são de esperar de um determinado conjunto de regras de governação e utilização de um determinado sistema de recursos. Isto inclui perceber que nível de sobre-utilização se verificará; que tipo de conflito poderá provavelmente vir a existir entre quem gere o sistema; e se é ou não provável que um sistema com determinado tipo de atributos venha a colapsar. Por outras palavras, a nossa intenção é descobrir quais as regras que geram resultados sustentáveis para determinados tipos de recursos e perceber como distinguir os

diferentes tipos de recursos que exigem diferentes regras para a sua gestão. O que aprendemos é que as regras frequentemente utilizadas no âmbito de pastagens e de instituições pastoris levam frequentemente à sobre-utilização e ao colapso dos recursos. Temos de perceber com quais isto acontece e porquê. Temos de perceber quais as regras que promovem a adaptação. E precisamos de um enquadramento deste tipo para conseguirmos desenvolver investigação de qualidade e boas teorias à medida que avançamos.

O segundo tipo de pergunta refere-se a um determinado recurso num determinado contexto. Qual é o desenvolvimento endógeno mais provável de diferentes mecanismos de governação, dos padrões e resultados da utilização do recurso, com e sem regras ou financiamento impostos desde o exterior? Isto ajuda-nos a responder à importante questão de se temos ou não de impor instituições a partir do exterior.

Temos vindo a estudar sistemas de irrigação e recursos florestais em todo o mundo. Terminei recentemente um artigo com um colega indiano em que nos debruçamos sobre os lagos em Bangalore, numa zona urbana, e comparamos a sua sustentabilidade. Para sabermos quando é que uma determinada situação requer a nossa preocupação de impor regras a partir do exterior, é preciso sabermos em que situações é expectável que a população local seja capaz de desenvolver as suas próprias regras. Em que situações é que a população local será capaz de desenvolver regras próprias à sua medida e como é que podemos prever que tal aconteça? Isto depende da

autonomia das pessoas que vivem num determinado contexto e que fazem uso de um recurso, bem como da sua história.

O terceiro tipo de questão refere-se ao quão robusta e sustentável é uma determinada configuração de utilizadores, sistemas de recursos, unidades de recurso e sistemas de governação face a perturbações externas e internas. Por outras palavras, precisamos de olhar para a sustentabilidade a longo prazo, tanto das unidades do recurso como da governação, bem como para que tipo de perturbações podemos potencialmente encontrar, tais como alterações climáticas ou alterações populacionais, e perceber se estas nos devem preocupar.

Assim, todos estes três tipos de questões fazem parte de um extenso programa de investigação a longo prazo, e todos eles são potenciados pelo facto de terem um enquadramento comum para a compreensão de sistemas socio-ecológicos e da gestão de recursos naturais.

Ao investigar estes problemas, um dos maiores desafios é encontrar dados comparáveis ao longo do tempo, que nos permitam testar as teorias. Esta é mais uma das situações em que os desafios da investigação são exacerbados pela existência de barreiras consideráveis entre disciplinas, nomeadamente ao nível das abordagens e da linguagem. Os estudos realizados no âmbito de uma disciplina académica podem revelar-se muito difíceis de compreender por alguém de uma disciplina diferente. Como tal, precisamos de uma taxonomia comum para as variáveis nucleares do enquadramento

socio-ecológico, que nos possa ajudar a levar a cabo mais investigação empírica que todos possamos estudar.

Alguns investigadores independentes já elaboraram um grande número de estudos de caso, mas não tem havido tanta acumulação de conhecimento científico quanto seria necessário. Precisamos de um grande número de estudos de caso, pois as variações que constatamos entre as diferentes situações em que os recursos naturais são geridos são também elas bastante substanciais. Se a variação for apenas entre uma ou duas variáveis, não é necessário um grande número de estudos. Mas quando se encontram, tal como nós encontramos, mais de uma centena de diferentes combinações de variáveis, são necessários estudos incrivelmente abrangentes.

Uma das primeiras coisas que temos vindo a fazer ao longo do tempo tem sido estudar estes casos e estas combinações de variáveis. Desenvolvemos desde cedo uma base de dados na qual codificamos muita informação sobre sistemas de irrigação e pesqueiros. Inicialmente, pensei que seria capaz de examinar uma série de casos através da análise estatística, mas descobri que teria de aumentar o meu grau de generalidade e pensar numa forma mais ampla de abordar o problema. Em vez de analisarmos os detalhes de determinada regra de delimitação de recursos, tivemos de procurar perceber se tais regras existiam sequer no caso em análise. Em vez de analisarmos os pormenores dos mecanismos de escolha coletiva implementados em cada caso, tivemos de perguntar se os agentes tinham o direito de fazer as suas próprias regras, e assim por diante.

Princípios de conceção para a gestão de sistemas de recursos naturais

A certa altura, na década de 1980, eu e os meus co-investigadores estávamos com dificuldades em encontrar relações estatísticas entre as características dos sistemas socio-ecológicos e o seu desempenho. Não tendo portanto conseguido encontrar regras específicas que fossem sempre bem sucedidas no que toca a gerar resultados sustentáveis na gestão de um recurso natural, acabei então por desenvolver uma série de regras mais gerais. Chamei-lhes “princípios de conceção” [*design principles*]. Por vezes, penso que deveria ter-lhes dado outro nome, pois as pessoas confundiram esse termo com a ideia de que estamos a tentar conceber algo do zero. No entanto, o meu propósito era na verdade estudar a robustez de sistemas já existentes. No meu livro de 1990, *Governing the Commons*, apresentei esses princípios e discuti-os em detalhe.

É com prazer que informo que Cox, Arnold e Tomás terminaram agora um artigo muito interessante, publicado no jornal *Ecology and Society* em 2010, onde passam revista à literatura em busca de investigadores que tenham estudado abertamente se os princípios de conceção por nós identificados efetivamente caracterizavam, ou não, os estudos de caso que eles estavam a analisar.³²⁰

Há de facto quem tenha feito estudos desse género, e nesse caso os nossos autores investigaram

se a gestão de um recurso foi ou não bem-sucedida e se os princípios de concepção foram úteis para esse sucesso. Cox, Arnold e Tomás analisaram mais de noventa estudos e encontraram de facto um suporte empírico muito forte para os princípios de concepção originais. De seguida, estes autores sugeriram uma forma de enquadrar e sistematizar os princípios de concepção mais adequadamente do que eu tinha feito originalmente. Por exemplo, quando falei de regras de delimitação, não fiz distinção entre um conjunto claro de fronteiras do recurso e um conjunto claro de delimitações para os utilizadores. Por vezes, os sistemas têm delimitações claras para os recursos mas não para os utilizadores, ou vice-versa, e nalguns dos estudos de caso que foram relatados isto era um problema. Por isso, Cox, Arnold e Tomás elaboraram e clarificaram três dos princípios de concepção, distinguindo entre fronteiras claras para os utilizadores dos recursos (isto é, delimitação dos membros) e fronteiras claras para o próprio recurso (ou seja, a sua extensão). Portanto, esperamos poder utilizar este contributo nos nossos trabalhos futuros.

Um segundo princípio de concepção é a congruência do sistema com as circunstâncias locais e ambientais. Neste caso, refiro-me à distribuição dos benefícios e dos custos pela estrutura social, e não fiz distinção entre a parte social e a parte ecológica, como Cox, Arnold e Tomás fizeram.

Em termos de monitorização, eles distinguiram a monitorização das condições dos recursos, bem como

a monitorização das ações dos utilizadores. Para além da delimitação, da congruência e da monitorização, os meus princípios de conceção originais também falavam de sanções graduadas, de mecanismos de resolução de conflitos e de um reconhecimento do direito de os utilizadores fazerem as suas próprias regras – e, caso se tratasse de um sistema de maior dimensão, se este era ou não “aninhado” [*nested*]. Estes autores encontraram evidência muito forte para todas elas e não viram necessidade de as distinguir ao longo do tempo.

Uma questão importante é: porque é que os princípios de conceção de facto funcionam? Porque é que aumentam a robustez institucional? Uma coisa que notamos é que os participantes num sistema caracterizado por estes princípios de conceção sabem que as regras estão a ser cumpridas pelos outros, pois existe monitorização. Uma segunda razão é que quem faz as regras são aqueles que têm mais conhecimentos sobre os seus efeitos e consequências prováveis. Uma terceira razão é que estes princípios levam a um sistema em que é possível resolver os conflitos antes de estes se exacerbarem.

Verificamos também que a existência de uma variedade de unidades de governação a tentar resolver um determinado problema pesqueiro, de irrigação ou de outros recursos estimula a aprendizagem e melhora o desempenho com o passar do tempo. E, à medida que se estudam estas situações ao longo do tempo, vê-se que as pessoas passam informações sobre como as coisas lhes estão a correr e sobre o porquê de estarem funcionar.

Descobrimos que tanto as grandes como as pequenas unidades de governação se apoiam mutuamente. Eis, portanto, um importante conjunto de resultados que obtivemos com a nossa investigação.

O que é que aprendemos?

Em geral, então, o que é que aprendemos? Entre os atributos que tendem a promover a auto-organização dos utilizadores e a levá-los a gerir sustentavelmente um recurso, notamos especialmente a disposição para fazer perguntas e para ver o recurso como algo altamente saliente. Depois, esses utilizadores têm também, normalmente, uma taxa de desconto relativamente baixa quanto aos benefícios que retiram do recurso, o que significa que não o estão a sobre-explorar no presente. Ao longo do tempo, estes utilizadores desenvolveram, entre si, elevados níveis de confiança e de reciprocidade, e dispõem de autonomia para determinar pelo menos algumas das suas próprias regras. Estão inseridos em sistemas complementares multinível. Normalmente, neste tipo de situações, os responsáveis por organizar o sistema têm experiência organizacional prévia, dispõem de um capital social bem desenvolvido e têm líderes locais capazes de assumir essa difícil tarefa. Esses utilizadores partilham também algum tipo de entendimento comum a respeito do recurso. Estes são os atributos que encontramos em sistemas que se se revelam sustentáveis.

Enquanto isso, temos descoberto que as regras concebidas por comunidades auto-organizadas

diferem, em aspetos importantes, de muitas das nossas soluções tradicionais. Por exemplo, muitas das recomendações que encontramos nos manuais a respeito da regulação de pesqueiros vão no sentido de se estabelecerem quotas individuais transferíveis, isto quando a sugestão não é até de ser simplesmente o Governo a regulá-los. O importante, afirmam, é que se regule a quantidade da quota atribuída. No entanto, o que encontramos na prática em muitos pesqueiros autogeridos é que os pescadores regulam qual o período de tempo em que os utilizadores do recurso podem pescar, bem como o espaço e a tecnologia considerados adequados. As soluções sustentáveis na prática diferem das soluções tradicionalmente encontradas nos manuais, portanto quem gere os recursos na prática está na verdade a fazer uso de atributos diferentes dos sugeridos na literatura. Muitas das regras que as pessoas desenvolvem, bem como os seus métodos de interrelacionamento, são concebidos de forma a fomentar a confiança e a reciprocidade. Estas pessoas tendem a recorrer aos aspetos peculiares do recurso e da cultura locais ao desenvolverem a sua abordagem de gestão.

A relação entre unidades de governação mais e menos extensas

Também descobrimos que os regimes de maior extensão conseguem facilitar a auto-organização local, pelo que não pensamos somente em unidades super pequenas que se auto-organizam sem qualquer

relação com unidades maiores. Mais ainda, as unidades de maior extensão podem ser importantes no fornecimento de informação científica exata e detalhada que ajude as unidades mais pequenas a interagir. Por exemplo, na bacia de água subterrânea que estudei no sul da Califórnia, a organização nacional United States Geological Survey tem feito algumas investigações importantes que ajudam a população local a descobrir as fronteiras e delimitações do seu recurso.

Jurisdições mais abrangentes também podem desempenhar um papel importante na resolução de conflitos. Por exemplo, os sistemas judiciais disponibilizados por jurisdições mais abrangentes são muito importantes na resolução de conflitos relativamente básicos. Essas jurisdições podem também fornecer assistência técnica, que se torna eficaz quando veem os utilizadores locais como parceiros. É importante que não assumam que os habitantes locais não sabem grande coisa e que podem dizer-lhes o que têm de fazer! Desde que haja algum respeito para com o utilizador local, a informação técnica fornecida por unidades de maior dimensão pode ser muito útil. E essas mesmas unidades podem também fornecer mecanismos para apoiar os esforços de monitorização e sanção.

Também analisámos unidades de maior dimensão que são apoiadas por doadores e pelo Governo dos Estados Unidos via USAID e agências de desenvolvimento de uma ou outra espécie. Conduzimos

um grande estudo sobre tais unidades, que resultou na publicação do livro *The Samaritan's Dilemma* [“O Dilema do Samaritano”].³²¹ O que descobrimos é que, tragicamente, estas unidades não apresentam uma boa fundamentação, nem em termos teóricos nem empíricos. É verdade que encorajam frequentemente a devolução de recursos à população local por parte do Governo nacional, mas esses recursos foram retirados, degradados e depois devolvidos numa reunião de uma ou duas horas. Estive em algumas destas reuniões e são deveras impressionantes. A população local é trazida para um salão, e dizem-lhe “agora são donos de x”; dão-lhes um pouco de informação sobre o que devem fazer, dizem às pessoas que agora ficam elas responsáveis, e depois vão-se embora.

Frequentemente, neste tipo de situações, os Governos retêm a propriedade em termos formais, pelo que não estão a transmitir a propriedade mas apenas a gestão da mesma. Além disso, esperam que os utilizadores consigam fazer rapidamente o que as agências governamentais não têm sido capazes de fazer durante anos. Portanto, há um histórico muito desanimador em relação a projetos apoiados por doadores para a transferência de sistemas de recursos naturais para a população local.

Uma das coisas que repetidamente temos notado é a importância daquilo a que chamamos sistemas policêntricos. Estes verificam-se quando existem sistemas em diferentes níveis, cada um deles com alguma autonomia. Por exemplo, podemos pensar numa região onde exista uma agência governamental responsável pela região como um todo, mas em que haja muita autonomia local

na gestão dos recursos locais. Se criarmos um sistema policêntrico, ele reterá muitos dos benefícios dos sistemas de âmbito local, pois haverá pessoas a nível local a tomar decisões sobre muitas das regras. Porém, um sistema deste género também acrescenta unidades sobrepostas, para ajudar a monitorizar o desempenho, a obter informação fiável e a lidar com recursos de grande escala. Com efeito, eu mesma tenho defendido com veemência a necessidade de instituições policêntricas para lidar com as alterações climáticas.

Conclusão

Apresentei-vos uma visão geral muito rápida de um vasto volume de investigação. A questão final é: E então? Uma das coisas que descobrimos nos nossos estudos em larga escala, para surpresa de muitas pessoas, é que a monitorização local é um dos fatores com maior impacto na condição dos recursos e no sucesso de sistemas de gestão de recursos em pesqueiros, pastagens, florestas, recursos hídricos e por aí adiante. Temos agora estudos publicados na *Science* sobre o nosso trabalho na área da silvicultura, analisando situações em que ninguém pensava que os utilizadores locais pudessem ser importantes supervisores. Examinámos essas situações por elas se terem revelado muito importantes em diversos estudos. A população local vai prestar atenção ao que acontece na floresta, se daí puder retirar dividendos. Os utilizadores locais estão na floresta de vez em quando, e a monitorização não é muito cara quando feita desta forma. Se tivermos de contratar funcionários governamentais para fazerem a monitorização, tal será bastante caro e,

frequentemente, como não lhes podemos pagar assim tão bem, acabamos por ter problemas de corrupção.

Estamos neste momento a trabalhar com outros colegas no nosso enquadramento de sistemas socio-ecológicos. Continuamos a afiná-lo, e teremos relatórios atualizados sobre cerca de dez estudos numa edição especial da revista *Ecology and Society*, que sairá ainda este ano ou no início do próximo.³²²

Estamos também a trabalhar no sentido de fechar as definições dos termos-chave, e determinar como é que isso afeta o desenvolvimento das teorias. Estamos a estudar pesqueiros e recursos hídricos e florestais ao longo do tempo. Estamos também a tentar estudar quais as proposições que se verificam a respeito de diversos recursos e em diversas escalas. Portanto, eis uma visão geral muito rápida sobre o nosso trabalho.

Notas

317. O leitor poderá consultar a sessão de perguntas e respostas que se seguiu à presente palestra visitando o seguinte endereço: <https://maisliberdade.pt/biblioteca/the-future-of-the-commons-beyond-market-failure-and-government-regulation/> (Nota da tradução)

318. Hardin, Garrett (1968). "The Tragedy of the Commons." In *Science* 162, n.º 3859, pp. 1243-1248. (Nota da tradução)

319. Ostrom, Elinor (2009) "A General Framework for Analyzing Sustainability of Socio-Ecological Systems". *Science* 325, n.º 5939, pp. 419-422; McGinnis, M.D. and E. Ostrom (2014) "Social-Ecological System Framework: Initial Changes and Continuing Challenges". *Ecology and Society* 19(2): 30 <https://www.ecologyandsociety.org/vol19/iss2/art30/> (Nota da tradução)

320. Cox, Michael, Gwen Arnold & Sergio Villamayor Tomás (2010). "A Review of Design Principles for Community-based Natural Resource Management." In *Ecology and Society* 15, n.º 4. (Nota da tradução)

321. Gibson, C., Andersson, K., Ostrom, E. and Shivakumar, S. eds. (2005) *The Samaritan's Dilemma: The Political Economy of Development Aid*. New York: Oxford University Press. (Nota da tradução)

322. Disponível em: <https://www.ecologyandsociety.org/issues/view.php?sf=84> (Nota da tradução)

Sobre os autores

Pieter Cleppe vive em Bruxelas e é analista político de assuntos da UE. Foi anteriormente o Responsável dos escritórios de Bruxelas da Open Europe. Jurista de formação, Pieter exerceu Direito na Bélgica, e trabalhou como consultor e redator de discursos para o Secretário de Estado da Reforma Administrativa Belga.

Hannah Downey é Coordenadora de Políticas e Parcerias no Property and Environment Research Center (PERC), instituto sem fins lucrativos em Bozeman, Montana, dedicado ao ambientalismo de livre mercado.

Holly Fretwell é Diretora de Proximidade e Research Fellow no PERC.

Mattias Goldman é o Responsável de Sustentabilidade na Sweco, uma das maiores empresas europeias na área da consultoria técnica. Mattias foi anteriormente CEO do *think tank* sueco Fores, focado na ecologia e na liberdade, e foi nomeado a personalidade mais influente na Suécia ao nível da Sustentabilidade. Foi também nomeado Cavaleiro da Ordem Nacional do

Mérito de França, pelo seu trabalho no combate às alterações climáticas.

Martin Gundinger é Research Fellow no Austrian Economics Center e no Friedrich A. v. Hayek Institute.

Steven Horwitz (1964–2021) foi Senior Affiliated Scholar do Mercatus Center da Universidade George Mason, Distinguished Professor of Free Enterprise na Universidade Ball State, onde também foi Diretor do Institute for the Study of Political Economy. Horwitz recebeu em 2020 o Prémio em Memória de Julian L. Simon, do Competitive Enterprise Institute, em reconhecimento pelo seu trabalho de documentação do progresso humano e da importância de instituições liberais.

Matthew Lesh é Chefe de Investigação no Adam Smith Institute.

Nick Lindquist é o Diretor de Política Nacional da American Conservation Coalition e um recente diplomado da Madden School of Business, na Universidade Le Moyne.

Julian Morris é Senior Fellow na Reason Foundation e Diretor de Políticas de Inovação no International Center for Law and Economics.

Johan Norberg é Senior Fellow no Cato Institute. Como autor, foca-se na globalização, no empreendedorismo e na liberdade individual. Norberg é autor e editor de vários livros, nomeadamente *Open: How Collaboration and Curiosity Shaped Humankind*.

Elinor Ostrom (1933–2012) foi Distinguished Professor e Arthur F. Bentley Professor of Political Science na Universidade do Indiana. Em 2009, tornou-se a primeira mulher a receber o Prémio Nobel da Economia,

em reconhecimento pelo seu trabalho pioneiro sobre a gestão de recursos comunitários. Publicou numerosos artigos e livros académicos, entre os quais *Governing the Commons* (1990) e *Understanding Institutional Diversity* (2005).

Carlos Guimarães Pinto é um dos fundadores do Instituto +Liberdade e foi o primeiro Diretor Executivo deste Instituto. Doutorou-se em economia pela Universidade do Porto e é professor universitário na Universidade Lusófona do Porto.

Ben Ramanauskas trabalha como académico na Universidade de Oxford. A sua investigação foca-se na relação entre a Economia, as Finanças e o Direito, bem como no papel que os produtos financeiros complexos tiveram na crise financeira.

Rod Richardson é co-fundador do Clean Capitalist Leadership Council e Presidente do Grace Richardson Fund.

João Pinheiro da Silva é licenciado em Filosofia, com menção de mérito, na FLUP e mestrando em Filosofia na CEU Vienna. O João tem artigos científicos publicados na Revista Portuguesa de Filosofia, na Ethic@, entre outras publicações, e é coordenador local da Students for Liberty Portugal.

Barney Trimble é um ex-Research Fellow da Initiative for Free Trade.

Kai Weiss é Coordenador de Investigação e Proximidade do Austrian Economics Center e membro da direção do Friedrich A. v. Hayek Institute. Foi um dos coordenadores do livro *Green Market Revolution*.

Índice

Nota editorial	7
Prefácio	9
CAPÍTULO I	
Introdução	
Porque Devem os Ambientalistas Perceber de Economia	17
CAPÍTULO II	
O Panorama Atual do Movimento Ambientalista	27
CAPÍTULO III	
Porque é que os Governos Falham no Ambiente	41
CAPÍTULO IV	
Ambientalismo de Mercado: A Melhor Forma de Proteger o Nosso Planeta	53

CAPÍTULO V	
Livre Mercado e Meio Ambiente: Uma Resposta Local para um Problema Complexo	73
CAPÍTULO VI	
Localismo: Oportunidades e Limites de uma Política Ambiental Descentralizada	85
CAPÍTULO VII	
Ação Global: Oportunidades e Limites das Políticas Ambientais Internacionais	95
CAPÍTULO VIII	
Histórias de Sucesso do Ambientalismo de Mercado pelo Mundo Fora	109
CAPÍTULO IX	
O Localismo em Ação: Políticas e Métodos para um Ambientalismo Descentralizado	119
CAPÍTULO X	
Os Argumentos a Favor de um Imposto sobre o Carbono	131
CAPÍTULO XI	
Os Argumentos Contra um Imposto sobre o Carbono	145
CAPÍTULO XII	
Cortes Fiscais Ecológicos e Política Ecológica de Livre-Mercado	157

CAPÍTULO XIII

União Europeia: Uma Visão Ambiental de Mercado para a Europa	191
---	-----

CAPÍTULO XIV

Porque Devemos Estar Otimistas	215
--------------------------------	-----

APÊNDICE

O Futuro dos Bens Comuns: Para lá das Falhas de Mercado e da Regulamentação Governamental	229
---	-----

Sobre os Autores	251
------------------	-----

ALÉTHEIA
EDITORES